

A história criou modelos e ideologia que falseiam a realidade: ora nos apresenta os índios como "preguiçosos, traiçoeiros e perniciosos à sociedade", ora nos apresenta o índio como o "bom selvagem".

Mas, afinal, quem são esses povos que habitam todo o Brasil um dia e que, com a chegada do descobridor europeu em 1500, começaram a se extinguir? Raras foram as vezes em que a verdadeira face desses inúmeros povos nos foi revelada. Muitos desapareceram sem deixar qualquer registro e, por isso, é para nós muito difícil reconstituir a realidade indígena. O legado que muitos deles nos deixaram é o testemunho heróico da ausência silenciosa: não aceitando a condição de escravos, eles desapareceram sem se submeter; caíram como vítimas de violências, das "guerras justas", das doenças dos brancos, das bandeiras, da catequese etnocida...

Hoje, enquanto alguns são obrigados a negar sua identidade, outros inventam novas formas de luta, entram em confronto direto com os seus inimigos, e criam até uma organização em nível nacional - a UNI - União das Nações Indígenas - para a defesa do direito básico de existir como povos diferentes numa nação pluralista.

Na fase dos que resistiram e insistiram em sobreviver à violência do "civilizado" estão as marcas de uma cultura original e única, estão os sinais da sabedoria de quem aprendeu, séculos a fio, a conviver com a natureza em harmoniosa relação. Mas estão também as marcas deixadas pelo branco "civilizado", marcas das agressões de quase 500 anos, marcas que registram o aprendizado do branco na escola da barbaridade, da agressão e do desrespeito ao semelhante.

Os que resistiram e sobreviveram insistem na defesa de seus direitos básicos: o direito à terra e ao trabalho nela, o direito à identidade cultural, o direito à vida com dignidade. Os que sobreviveram ainda lutam para salvar, apesar de cada vez mais agredidos. Os que sobreviveram ainda podem contribuir para a salvação da vida dos próprios "civilizados", retomando valores nas relações do homem com a natureza e com o semelhante capazes de contribuir na construção de uma sociedade mais justa e mais fraterna.

Mais uma vez, como acontece a cada mudança de Governo no País, os índios esperam uma palavra de respeito e uma ação eficaz de resgate de compromissos que todas as autoridades devem imprimir, se quiserem honrar, com coerência, a proclamação dos direitos fundamentais do homem.

#### SITUAÇÃO INDÍGENA DE MINAS GERAIS

O território mineiro já foi habitado por dezenas de povos indígenas. A ocupação de Minas Gerais pelas frentes extrativista, mineradoras e agropecuárias foi com tamanha violência que resultou no exterminio quase total destes povos. Da grande maioria deles, conhecemos hoje apenas os nomes, os quais muitas vezes são denominações genéricas ou aplicadas a eles por brasileiros ou índios de língua Tupi-guarani.

Atualmente Minas Gerais tem em seu território apenas quatro povos indígenas que continuam resistindo às investidas de grupos econômicos amparados por políticos e órgãos governamentais.

## HISTÓRICO DOS ÍNDIOS PATAXÓ - FAZENDA GUARANI

### 1. Dados Gerais:

Localização: Município de Carmésia -MG

População : 120 índios

Área: 3000ha

### 2. Histórico e Situação Atual:

A Fazenda Guarani foi doada ao Governo de MG pelo proprietário Coronel Magalhães, que não tinha herdeiros e possuía dívida de imposto do imóvel. Durante algum tempo ela serviu a PMMG para treinamento anti guerrilha. Depois foi doada a Santa Casa de Misericórdia que a devolveu ao Estado de MG. Em seguida foi destinada a lavradores sem terra da região. Esta fazenda, constituída de terras amorradas e com grandes áreas ocupadas por pedras, foi utilizada para a monocultura do café durante muitos anos, o que ocasionou o desgaste do solo e a consequente improdutividade agrícola das terras.

Em 1972, com "medida conciliadora", para resolver a disputa entre os índios Krenak e os fazendeiros invasores de suas terras na margem esquerda do Rio Doce, o Governo do Estado/MG doa esta fazenda à FUNAI para alojamento dos Krenak. Para lá também é transferido o "Centro de Reeducação Indígena" que funcionava na área Krenak desde 1969. Além dos índios que cumpriam pena nesta disfarçada prisão, foram também levados os grupos indígenas Pataxó, Pataxó Hãhãhãe (BA) e Guarani (ES) que haviam perdido suas terras, sem a devida proteção da FUNAI.

Em 29.01.74 a FUNAI recebe a escritura desta fazenda e é registrada no cartório de Ferros sob o nº 18.148.

A insatisfação com as terras da fazenda foi geral. Com o tempo os grupos indígenas ali residentes foram organizando a volta para suas terras de origem. Em 1976 inicia-se a volta do Guarani para o Espírito Santo, em 1980 os krenak retornam ao Vale do Rio Doce e em 1982 os pataxó Hãhãhãe reocupam a Fazenda São Lucas incravada nas suas terras.

Um grupo de 10 famílias Pataxó oriundo da aldeia Barra Velha BA, permanecem na fazenda Guarani.

Com a ação proposta pela FUNAI em 1983 visando a anulação dos títulos emitidos ilegalmente pelo Governo de MG, nas terras dos Krenak, a FUNAI tenta retirar os Pataxó da Fazenda Guarani, para que esta possa ser devolvida ao Governo de Minas.

### 3. Sua Reivindicação:

Reivindicam que a FUNAI reconheça a Fazenda Guarani como área de ocupação definitiva e permanente da comunidade indígena; pagamento de indenização pela CEMIG, na forma de um trator e fornecimento de energia gratuita, pela utilização da área com a rede elétrica que atravessa suas terras.

## HISTÓRICO DOS ÍNDIOS MAXAKALI

### 1. Dados Gerais:

Localização: Município de Bertópolis

População : 600 índios

Área: 2 (duas) áreas descontínuas - Água Boa e Pradinho - 3.441ha

### 2. Histórico e Situação Atual:

No século XVIII, conforme o etnólogo Curt Mummendaju, o território Maxakali compreendia o espaço desde o Rio Jequitinhonha ao norte, o Rio São Mateus ao Sul, o Atlântico à leste e o Meridiano de 41 30' ao Oeste. Abrangia parte dos estados da Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais.

Até o início do século XX este território foi ocupado por frentes extrativista e agropecuário, forçando o deslocamento dos Maxakali e reduzindo-o ao espaço compreendido entre a cabeceira à Barra do Corrego Água Boa e a cabeceira do Corrego Pradinho.

Em 1940 o Serviço de proteção ao Índio (SPI), após permitir e até incentivar a ocupação das terras já reduzidas dos Maxakali, procedeu a delimitação da atual área Água Boa (2.214,60ha) e em 1955 da área do Pradinho (1.028,40ha), deixando uma faixa de terra entre as duas áreas indígenas ocupada por fazendeiros de gado.

O contato dos Maxakali com a sociedade brasileira inciou-se no século XVIII e foi sempre marcado pela violência e total desrespeito aos direitos originários. Massacres, doenças contagiosas, perda do território tradicional, eliminação dos meios de subsistência (caça e pesca) disseminação da bebida alcoólica foram constantes na vida dos Maxakali.

Ainda assim, eles conseguiram conservar a língua materna, a religião e importantes aspectos da cultura material, que possibilitam nos dias atuais um incrível resistência ao projeto-integracionista da política indigenista oficial.

A estratégia adotada pelos Maxakali, desde os primeiros contatos, foi a de buscar o isolamento para evitar sua submissão aos padrões culturais da sociedade brasileira. Esta estratégia permitiu a manutenção de uma identidade étnico-cultural própria, onde a aculturação verificada hoje se deu através da assimilação de práticas e valores secundários co-

mo o vestuário e alimentação, que são, na verdade, imposição decorrentes do contato.

No entanto, as reduzidas áreas reservadas para eles, a ação constante da FUNAI com seus projetos integracionistas e a presença das fazendas instaladas entre as duas áreas indígenas, têm contribuído cada vez mais para romper este isolamento e inviabilizar esta estratégia. Ao mesmo tempo, os atritos entre os índios e os fazendeiros instalados entre as duas áreas, resultaram na morte de sete índios nos últimos anos. Vale registrar que nenhum inquérito foi instaurado e os assassinos são conhecidos e continuam impunes. A revolta dos índios aumenta, na medida em que as fazendas estão instaladas na antiga Aldeia Velha e o cemitério indígena é hoje o curral de uma das fazendas.

Os Maxakali nunca aceitaram pacificamente esta situação e sempre exigiram da FUNAI a unificação das áreas. Ao mesmo tempo rejeitam, com muita sabedoria, o confronto direto com os fazendeiros. Porém a presença ostensiva de jagunços armados nos limites da fazenda com as áreas indígenas e o descaso da FUNAI e de outros órgãos governamentais para a resolução desse problema traz como consequência o consumo cada vez maior de bebida alcoólica nas aldeias, provocando frequentes conflitos internos com várias mortes registradas.

### 3. Proposta de Solução:

A reunificação das áreas Água Boa e Pradinho com a consequente retirada dos fazendeiros é de fundamental importância para a sobrevivência física e cultural dos Maxakali. Somente a partir desta providência será possível um relacionamento mais harmonioso dos índios com a sociedade brasileira, onde a perspectiva da integração dos índios seja substituída por um reconhecimento e incentivo de sua identidade étnico-cultural própria.

## HISTÓRICO DOS ÍNDIOS XAKRIABÁ

### 1. Dados Gerais:

Área: 46.414ha

Demarcação: 1979

Homologação: 1987

População: 4.500 índios

### 2. Histórico e Situação Atual:

Segundo o Handbook of South American Indians, os Xakriabá se incluem no tronco linguístico Jê, subdivisão Akwê. Desde tempos imemoriais ocuparam a parte meridional das terras entre os Rios São Francisco e Tocantins. Espalhavam-se por um território abrangendo as províncias de Pernambuco, Bahia, Minas e Goiás.

Saint-Hilaire afirma que os primeiros habitantes civilizados ao longo do São Francisco - os paulistas Mathias Cardoso de Almeida e Manoel Francisco de Toledo - encontram na região os Xakriabá. De princípios lhes fizeram guerra, mas depois passaram a viver em relativa paz. Os paulistas tornaram-se proprietários de latifúndios cujo desenvolvimento estaria ligado à mão-de-obra escrava, incluindo-se índios Xakriabá. Tais fatos se deram no final do século XVII e início do século XVIII. Na época a proximidade com a acultura e raça africana marcou profundamente o povo Xakriabá.

No século XIX os Xakriabá habitavam no Vale do São Francisco e Vale do Paranaíba, no Triângulo Mineiro. No ano de 1846, segundo Saint-Hilaire, a aldeia de Sant'Ana no triângulo Mineiro, contava com 424 índios. Os Xakriabá do Vale do São Francisco receberam uma doação de terras, em 1728. Aí permaneceram até meados do século XX, praticamente sem serem molestados. Camponeses pobres provenientes da Bahia ou Minas eram acolhidos pelos índios e aí plantavam roças de subsistência.

A partir de 1967/69 acentuou-se a invasão de suas terras. A Ruralminas ao desenvolver projetos agrícolas na região norte do Estado, atraiu fortes grupos empresariais e grandes fazendeiros das cidades vizinhas. Na década de 70 a FUNAI instalou um posto indígena na área para dar assistência aos índios. Em 1979 a área Xakriabá foi demarcada pela FUNAI, reduzindo para menos de um terço a reserva a que tinham direito os índios.

Soma-se a isso, o completo abandono a que foram relegados as aldeias no campo da saúde, educação e assistência agrícola. São apenas três professoras da FUNAI para 4.500 índios. E apenas dois enfermeiros, sendo frequentes as mortes de índios sem qualquer assistência da FUNAI.

### 3. Os Xakriabá Exigem:

A homologação da área e seu registro no Serviço de Patrimônio da União; que se resolva o problema da seca nas várias aldeias com poços artesianos; manutenção das estradas e tratores; assistência médica, educacional e segurança para as famílias ameaçadas, depois do assassinato de Rosalino.

### HISTÓRICO DOS ÍNDIOS KRENAK

#### 1. Dados Gerais:

Localização: Município de Resplendor

População: 150 índios

Área: 128ha

#### 2. Histórico e Situação Atual:

Sua área é de 4.000ha, demarcados em 1942 e invadidos por 52 fazendas. Os índios ocupam atualmente pouco mais de 128 ha.

Em 1913 foi criado o Posto Indígena de Atração, às margens do Rio Eme, afluente do Rio Doce, para atender os índios Krenak e Pojichá.

Em 1920 esses índios foram aldeados no Posto Indígena Guido Marlière, na margem esquerda do Rio Doce, em área de ocupação imemorial desses índios. Nesse mesmo ano o Governo de Minas Gerais consolida esta ocupação, doando 4.000 ha à União em favor dos Krenak e Pojichá. Esta doação foi formalizada por Escritura Pública registrada no Registro de Imóveis da Comarca de Teófilo Otoni e no Serviço de Patrimônio da União (SPU).

Com a abertura da estrada de Ferro Vitória/Minas a área dos Krenak foi sendo invadida e objeto de arrendamento ilegal por parte do Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

Em 1954 o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) ajuizou um "Protesto Judicial" contra os invasores das terras indígenas. E, logo após, teve início a Ação de Reintegração de Posse, da qual não se tem qualquer notícia.

Em 1958, pela Portaria nº 362, as terras dos Krenak passaram para o Serviço Florestal. O Capitão Manoel dos Santos Pinheiro, chefe do Serviço Florestal, passou também a ser chefe da Ajudância Minas/Bahia, do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Uma de suas primeiras iniciativas foi promover a transferência forçada dos Krenak para a área Maxakali, distante mais de 300km de seu território tradicional. No ano seguinte, 1959, os Krenak retornam a pé para a suas terras, agora invadidas por fazendeiros bem mais organizados em torno de políticos e advogados.

Em 1967 é extinto o SPI e criada a Fundação Nacional do Índio - FUNAI. O Capitão Manoel dos Santos Pinheiro continua na chefia da Ajudância Minas/Bahia, da FUNAI.

Em 1969 é criada em Minas Gerais a GRIN - Guarda Rural Indígena. Os índios são treinados pelo Capitão Pinheiro para serem policiais de seus irmãos índios. A área dos Krenak é transformada em Colônia Penal Indígena e para lá são levados índios de todas as partes do Brasil, a fim de cumprirem pena. Tanto a GRIN como o Centro de Reeducação Indígena foram dirigidos pela PM de MG, sob o comando do Capitão Pinheiro. Os Krenak passaram a conviver, de modo forçado, com outros índios e a viverem praticamente confinados.

Em 1970 a FUNAI propõe uma Ação de Reintegração de Posse, sendo os invasores citados liminarmente para desocuparem a área indígena em 30 dias.

Em 29.03.71 o Juiz Federal da 1ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais, Dr. José de Paiva, concede a reintegração de posse pedida pela FUNAI. No entanto, devido aos acordos com os fazendeiros invasores, apoiados pelos Governos Estadual e Federal, o processo foi arquivado. Como medida "Conciliatória" as terras dos Krenak, de propriedade da União - inalienáveis, segundo a Constituição - foram permutadas pela Fazenda Guarani, de propriedade do Estado de Minas, em Carmésia. A Fazenda Guarani foi transferida para o domínio da União, mas nunca a área Krenak foi transferida para o Estado de Minas. Nem poderia sê-lo.

Em 1972, sendo ainda a FUNAI chefiada pelo Capitão Pinheiro os Krenak são transferidos à força para a Fazenda Guarani, em Carmésia. Imediatamente suas terras são tituladas pela Ruralminas em favor de 52 fazendeiros invasores. Governava Minas Rondon Pacheco. O Brasil era governado por Emílio Médici.

Em 1980, após oito anos de exílio forçado, os Krenak retornam a sua terra. Ocupam uma gleba de 62,4ha. A partir daí se reinicia a sua luta pela recuperação dos 4.000 ha a que têm direito.

Em 1982 os Krenak propõe um acordo à FUNAI. Aceitam reduzir a sua terra, desde que sejam retirados imediatamente os invasores de parte que lhes couber.

Em 07.03.83 a FUNAI propõe na Justiça Federal uma Ação Declaratória de Nulidade de Títulos de Propriedade das Fazendas incidentes na área Krenak. Essa ação continua tramitando na Justiça Federal e se caracteriza por ser demorada.

### 3. Uso da Língua e Etnia

Os Krenak pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê. A maioria dos adultos falam o seu idioma, embora, a comunicação entre eles se

ja feita em português. A grande dificuldade na transmissão da língua às novas gerações, se deve aos vários casamentos inter-tribais (Pankararu, Xerente, Guarani e Kayowá).

Os índios se auto-identificam como Krenak e Nakrehê. Porém, frente ao mundo externo, todos se autodenominam Krenak. Manifestam hoje forte consciência étnica.

O povo krenak tem sido marcado pela dispersão forçada, pelo roubo de suas terras, pelas sucessivas transferências e pelo convívio forçado com outros grupos indígenas. A luta pela recuperação de suas terras, reiniciada em 1980, por apenas três famílias, possibilitou o reagrupamento da maioria da população Krenak nas margens do Rio Doce.

Embora ocupando pouca terra, a fertilidade do solo permite boas colheitas. Suficiente para o consumo interno e, até mesmo, para o abastecimento das cidades vizinhas. Enquanto isso as terras ainda, hoje ocupadas pelos fazendeiros se caracterizam pela absoluta falta de roças.

É clara a consciência dos índios de que a terra é um bem coletivo. A exploração da terra, porém, e a criação de gado se dá em grupos de famílias.

Atualmente o processo de Ação Declaratória de Nulidade de Títulos de Propriedade das Fazendas, se encontra no Supremo Tribunal Federal com data prevista para julgamento em meados de agosto/90. É de fundamental importância a manifestação de apoio da sociedade junto ao Ministro Célio Borja, Relator do processo.

Belo Horizonte, maio de 1990  
Conselho Indigenista Misisonário  
CIMI-LESTE